



BANCO SUMITOMO MITSUI  
BRASILEIRO S.A.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2018**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
e semestre findo em 31 de dezembro de 2018



BANCO SUMITOMO MITSUI  
BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22  
Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo  
Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo  
Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000  
Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248  
[www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br)

## ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	5
RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2017 .....	12
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	12





## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores acionistas:** Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo lucro acumulado no exercício foi de R\$ 42.875 (R\$ 55.613 em 31 de dezembro de 2017), os ativos totais, R\$ 6.804.963 (R\$ 6.608.681 em 31 de dezembro de 2017) e a carteira de crédito R\$ 1.047.721 (R\$ 1.927.687 em 31 de dezembro de 2017). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 18 de março de 2019

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo	Nota explicativa	2018	2017
<b>Circulante</b>		<u>4.638.413</u>	<u>5.209.968</u>	<b>Circulante</b>		<u>3.618.118</u>	<u>3.753.392</u>
<b>Disponibilidades</b>		<u>49.279</u>	<u>31.275</u>	<b>Depósitos</b>	13	<u>2.177.316</u>	<u>2.158.562</u>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	<u>2.855.901</u>	<u>2.046.396</u>	Depósitos à vista		97.032	78.239
Aplicações no mercado aberto		1.790.436	1.715.224	Depósitos interfinanceiros		19.088	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros		301.887	83.052	Depósitos a prazo		2.060.273	2.080.320
Aplicações em moeda estrangeira		763.578	248.120	Depósitos em moeda estrangeira		923	3
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<u>593.078</u>	<u>974.516</u>	<b>Captações no mercado aberto</b>	14	<u>–</u>	<u>218.092</u>
Carteira própria	6.a	458.821	172.625	Carteira própria		–	218.092
Vinculados a Operações Compromissadas		–	218.304	<b>Relações interdependências</b>		<u>44.476</u>	<u>50.876</u>
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	125.956	582.751	Recursos em trânsito de terceiros		44.476	50.876
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	8.301	836	<b>Obrigações por empréstimos</b>	15.a	<u>388.354</u>	<u>433.666</u>
<b>Relações interfinanceiras</b>		<u>41.325</u>	<u>566.569</u>	Empréstimos no exterior		388.354	433.666
Depósitos no Banco Central		1.788	5.158	<b>Obrigações por repasses no país</b>	15.c	<u>–</u>	<u>19.504</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		58	–	BNDES/Exim		–	–
Correspondentes no país		–	13	Repasses no país - BNDES/FINAME		–	19.504
Repasses interfinanceiros	7	39.483	563.195	<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	15.b	<u>449.889</u>	<u>570.236</u>
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros	7	(4)	(1.797)	Repasses do exterior		449.889	570.236
<b>Operações de crédito</b>	8	<u>615.869</u>	<u>1.158.132</u>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6.b	<u>17.449</u>	<u>37.730</u>
Setor privado		616.578	1.168.899	Instrumentos financeiros derivativos		17.449	37.730
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(709)	(10.767)	<b>Outras obrigações</b>		<u>540.634</u>	<u>264.726</u>
<b>Outros créditos</b>		<u>481.668</u>	<u>432.297</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		308	336
Carteira de câmbio	9	471.958	420.266	Carteira de câmbio	9	398.862	147.914
Rendas a receber		2.547	2.257	Sociais e estatutárias	18.b	3.126	37.686
Negociação e Intermediação de Valores		1.653	635	Fiscais e previdenciárias	16.a	53.278	43.418
Diversos	10	5.544	9.575	Negociação e intermediação de valores		6.362	3.365
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(34)	(436)	Dívidas subordinadas	16.c	5.908	3.681
<b>Outros valores e bens</b>	11	<u>1.293</u>	<u>783</u>	Diversos	16.b	72.790	28.326
Despesas antecipadas		1.258	742			<u>2.200.170</u>	<u>1.952.313</u>
Material em estoque		35	41	<b>Exigível a longo prazo</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>2.157.222</u>	<u>1.392.800</u>	<b>Obrigações por repasses no país</b>	15.c	<u>5.924</u>	<u>7.090</u>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	<u>348.815</u>	<u>329.425</u>	Repasses no país - BNDES/FINAME		5.924	7.090
Aplicações em depósitos interfinanceiros		348.815	329.425	<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	15.b	<u>1.308.349</u>	<u>1.108.041</u>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<u>1.209.221</u>	<u>444.360</u>	Repasses do exterior		1.308.349	1.108.041
Carteira própria	6.a	731.158	346.248	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6.b	<u>109.552</u>	<u>128.640</u>
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	465.042	52.599	Instrumentos financeiros derivativos		109.552	128.640
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	13.021	45.513	<b>Outras obrigações</b>		<u>776.345</u>	<u>708.542</u>
<b>Relações Interfinanceiras</b>	7	<u>191.743</u>	<u>64.479</u>	Fiscais e previdenciárias	16.a	–	12.760
Repasses interfinanceiros		191.773	64.494	Dívidas subordinadas	16.c	774.960	661.600
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros		(30)	(15)	Diversos	16.b	1.385	34.182
<b>Operações de crédito</b>	8	<u>351.862</u>	<u>492.678</u>	<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<u>3.715</u>	<u>4.082</u>
Setor privado		352.603	493.981	Resultados de exercícios futuros		3.715	4.082
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(741)	(1.303)	<b>Patrimônio líquido</b>		<u>982.960</u>	<u>898.894</u>
<b>Outros créditos</b>		<u>55.321</u>	<u>61.290</u>	Capital Social	18	<u>793.819</u>	<u>758.819</u>
Diversos	10	55.321	61.290	De domiciliados no país		2	2
<b>Outros valores e bens</b>	11	<u>259</u>	<u>568</u>	De domiciliados no exterior		793.817	758.817
Despesas antecipadas		259	568	Reservas de lucros		187.590	144.715
<b>Permanente</b>		<u>9.328</u>	<u>5.913</u>	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	6.a	(628)	(70)
<b>Investimentos</b>		<u>123</u>	<u>122</u>	Ajuste Passivos Atuariais	24	(6.440)	(5.322)
Outros investimentos no país		123	122	Ajustes variação cambial investimento no exterior		8.619	752
<b>Imobilizado de uso</b>	12	<u>2.685</u>	<u>3.506</u>				
Outras imobilizações de uso		9.595	9.433	<b>Total do passivo</b>		<u>6.804.963</u>	<u>6.608.681</u>
Depreciações acumuladas		(6.910)	(5.927)				
<b>Intangível</b>		<u>6.520</u>	<u>2.285</u>				
Ativos Intangíveis		16.373	11.003				
Amortizações acumuladas		(9.853)	(8.718)				
<b>Total do ativo</b>		<u>6.804.963</u>	<u>6.608.681</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

		2018	2017
	Nota explicativa	2º semestre	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>195.879</b>	<b>688.216</b>
Operações de crédito	20.a	54.146	154.223
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	115.127	243.432
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	(8.159)	156.264
Resultado de operações de câmbio	20.d	34.765	134.297
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(129.871)</b>	<b>(539.204)</b>
Operações de captação no mercado	20.e	(64.261)	(138.535)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(67.902)	(411.691)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	2.292	11.022
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>66.008</b>	<b>149.012</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(37.709)</b>	<b>(69.298)</b>
Receitas de prestação de serviços	20.g	14.495	32.497
Despesas de pessoal	20.h	(35.107)	(68.160)
Outras despesas administrativas	20.i	(17.950)	(33.394)
Despesas tributárias	20.j	(5.101)	(10.474)
Outras receitas operacionais	20.k	10.254	16.757
Outras despesas operacionais	20.l	(4.300)	(6.524)
<b>Resultado operacional</b>		<b>28.299</b>	<b>79.714</b>
<b>Resultado não operacional</b>	20.m	<b>29</b>	<b>138</b>
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>28.328</b>	<b>79.852</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	19	<b>(13.210)</b>	<b>(34.435)</b>
Imposto de Renda		(5.826)	(13.941)
Contribuição Social		(4.865)	(11.198)
Ativo Diferido Fiscal		(2.519)	(9.296)
<b>Participações estatutárias</b>		<b>(1.339)</b>	<b>(2.542)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>13.779</b>	<b>42.875</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>		<b>—</b>	<b>40.000</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>793.820</b>	<b>793.820</b>
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>		<b>17,36</b>	<b>54,01</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
	2º semestre	Exercício
<b>Banco</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>	<b>28.328</b>	<b>79.852</b>
<b>Lucro líquido no semestre/exercícios antes da tributação e das participações</b>	<b>28.328</b>	<b>79.852</b>
<b>Ajustes incluídos que não afetam o fluxo de caixa:</b>		
Depreciações e amortizações	1.334	2.362
Provisão (reversão) para contingências	3.019	4.374
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(2.292)	(11.022)
Participações estatutárias	(1.339)	(2.542)
Imposto de renda e contribuição social	(13.210)	(34.435)
Provisão (reversão) para garantias	905	(98)
Provisão (reversão) para repasses interfinanceiros	(3.247)	(1.867)
Aumento (Redução) ajuste patrimonial títulos e valores mobiliários e CVM 600	(1.126)	6.190
<b>Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro</b>	<b>12.373</b>	<b>42.814</b>
<b>Variação de ativos e passivos:</b>		
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	(13.368)	(238.224)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(386.097)	(408.110)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	551.807	396.102
(Aumento) Redução em operações de crédito	441.882	693.730
(Aumento) Redução em outros créditos	666.015	(42.793)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	52	(202)
Aumento (Redução) em depósitos	(226.872)	18.756
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(21.701)	(218.092)
Aumento (Redução) em relações interdependências	13.088	(6.401)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(345.602)	245.476
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(5.741)	(14.342)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(1.145)	(368)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(442.323)	13.979
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.623)	(18.464)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>237.744</b>	<b>463.861</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>		
Alienação/aquisição de imobilizado de uso (-)	(28)	(404)
Aplicações no intangível (-)	(284)	(5.370)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>	<b>(312)</b>	<b>(5.774)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>		
Aumento (redução) instrumentos de dívida subordinada elegíveis a capital	4.180	115.587
Juros sobre capital próprio	—	—
Aumento de Capital	—	35.000
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento</b>	<b>4.180</b>	<b>150.587</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>241.612</b>	<b>608.674</b>
Disponibilidades	46.391	31.275
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.315.290	1.963.344
<b>Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios</b>	<b>2.361.681</b>	<b>1.994.619</b>
Disponibilidades	49.279	49.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.554.014	2.554.014
<b>Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercícios</b>	<b>2.603.293</b>	<b>2.603.293</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>241.612</b>	<b>608.674</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

		Reserva Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros/ (Prejuízos)	
	Nota explicativa	Capital realizado	Legal	Estatutárias	Próprios	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior	acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>706.992</b>	<b>6.406</b>	<b>121.719</b>	<b>(462)</b>	<b>(234)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>834.421</b>
Aumento Capital		51.827	-	-	-	-	-	-	51.827
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	-	392	-	-	-	392
*Ajuste passivos atuariais		-	-	-	-	(5.088)	-	-	(5.088)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		-	-	-	-	-	752	-	752
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	55.613	55.613
Reserva legal	18.c	-	2.781	-	-	-	-	(2.781)	-
Reserva estatutária	18.d	-	-	13.809	-	-	-	(12.832)	977
Juros Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>758.819</b>	<b>9.187</b>	<b>135.528</b>	<b>(70)</b>	<b>(5.322)</b>	<b>752</b>	<b>-</b>	<b>898.894</b>
Aumento Capital		35.000	-	-	-	-	-	-	35.000
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	-	(558)	-	-	-	(558)
Ajuste passivos atuariais		-	-	-	-	(1.118)	-	-	(1.118)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		-	-	-	-	-	7.867	-	7.867
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	42.875	42.875
Reserva legal	18.c	-	2.144	-	-	-	-	(2.144)	-
Reserva estatutária	18.d	-	-	40.731	-	-	-	(40.731)	-
Juros Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>793.819</b>	<b>11.331</b>	<b>176.259</b>	<b>(628)</b>	<b>(6.440)</b>	<b>8.619</b>	<b>-</b>	<b>982.960</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>		<b>793.819</b>	<b>10.642</b>	<b>163.168</b>	<b>(130)</b>	<b>(5.585)</b>	<b>8.391</b>	<b>-</b>	<b>970.305</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	-	(498)	-	-	-	(498)
*Ajuste passivos atuariais		-	-	-	-	(855)	-	-	(855)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		-	-	-	-	-	228	-	228
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.780	13.780
Reserva legal	18.c	-	689	-	-	-	-	(689)	-
Reserva estatutária	18.d	-	-	13.091	-	-	-	(13.091)	-
Juros Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>793.819</b>	<b>11.331</b>	<b>176.259</b>	<b>(628)</b>	<b>(6.440)</b>	<b>8.619</b>	<b>-</b>	<b>982.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco *Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.* ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio, e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi deliberado e aprovado o encerramento dos fundos de investimento nos quais o banco possuía responsabilidade como administrador. Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03); • Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33); • Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); • Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04); • Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018 foi concedida pela Diretoria em 18 de março de 2019.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real. As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil. O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16. **b. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "*pro rata die*" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação nem são mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. • **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios: - Operações com futuros: Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. - Operações *Swap* e *Non Deliverable Forward*: Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro rata die*" até a data do balanço. As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue: • Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do semestre/exercício. • Instrumentos financeiros considerados como *hedge*: - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre/exercício. - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do

patrimônio líquido. - No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento. **f. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do "Obligor Grade" - "grading" do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima. **g. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **h. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i. Ativo diferido:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre/exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **j. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre/exercício, amortizadas pelo prazo contratual de locação. **k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **l. Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre/exercício. **m. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*". **n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. • **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. • **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20% de acordo com a Instrução Normativa nº 1.591. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro (sendo à alíquota de 20% para meses anteriores a dezembro conforme Instrução Normativa RFB nº 1.591/2015) e estão apresentados como "Outros créditos - diversos" conforme demonstrado na nota explicativa nº 19b. Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Em milhares de Reais)

temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, conforme descrito na nota explicativa nº 19c. **p. Plano de benefícios a funcionários:** O plano de benefícios pós-emprego compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência. **Plano de Benefício Definido:** Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial), em contrapartida de conta do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados. O Banco Central emitiu em 25 de junho de 2015 a Resolução CMN nº 4.424 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o "Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	49.279	31.275
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.554.014	1.963.344
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.603.293</b>	<b>1.994.619</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão compostas como segue:

	2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	1.790.436	—	—	1.790.436
<b>Posição bancada</b>	1.790.436	—	—	1.790.436
Letras Tesouro Nacional	1.240.304	—	—	1.240.304
Notas do Tesouro Nacional - Série B	550.132	—	—	550.132
<b>Aplicações de depósitos interfinanceiros</b>	—	302.533	348.169	650.702
Não ligadas	—	302.533	348.169	650.702
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>	763.578	—	—	763.578
<b>Total</b>	<b>2.554.014</b>	<b>302.533</b>	<b>348.169</b>	<b>3.204.716</b>

	2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	1.715.224	—	—	1.715.224
<b>Posição bancada</b>	1.715.224	—	—	1.715.224
Letras Tesouro Nacional	1.565.206	—	—	1.565.206
Notas do Tesouro Nacional - série B	150.018	—	—	150.018
<b>Aplicações de depósitos interfinanceiros</b>	—	50.570	361.907	412.477
Não ligadas	—	50.570	361.907	412.477
<b>Aplicações em moeda estrangeira</b>	248.120	—	—	248.120
<b>Total</b>	<b>1.963.344</b>	<b>50.570</b>	<b>361.907</b>	<b>2.375.821</b>

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**
**a. Títulos e valores mobiliários**

O Banco não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, está classificada na categoria títulos disponíveis para venda e está apresentada como segue:

	2018				
	Valor de mercado			(*) Ajuste a valor de mercado	Valor do custo (atualizado)
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
<b>Títulos disponíveis para venda</b>					
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	103.616	—	730.486	834.102	834.098
Notas do Tesouro Nacional - Série F	—	—	55	55	55
Notas Promissórias Comerciais	—	355.205	—	355.205	(1.040)
Cotas de fundos de participação - FIP	—	—	617	617	(24)
	103.616	355.205	731.158	1.189.979	1.191.039
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	125.956	—	465.042	590.998	590.986
	125.956	—	465.042	590.998	590.986
<b>Total</b>	<b>229.572</b>	<b>355.205</b>	<b>1.196.200</b>	<b>1.780.977</b>	<b>1.782.025</b>

	2017			
	Valor de Mercado			(*) Ajuste a valor de mercado
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado (contábil)
<b>Títulos disponíveis para venda</b>				
Carteira própria:				
Letras Financeiras do Tesouro	25.956	146.669	345.528	518.153
Cotas de fundos de participação - FIP	—	—	720	83
	25.956	146.669	346.248	518.873
Vinculados à prestação de recompra				
Letras Financeiras do Tesouro	—	—	218.304	14
	—	—	218.304	14
Vinculados à prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	385.468	197.283	52.599	635.350
	385.468	197.283	52.599	635.350
<b>Total</b>	<b>411.424</b>	<b>343.952</b>	<b>617.151</b>	<b>1.372.527</b>

(\*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma:

• **Títulos indexados à Taxas SELIC e DI** - O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da expectativa da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo. • **Títulos indexados a taxas prefixadas** - O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte. • **Cotas de fundos de investimentos** - O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo. Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC). As cotas de fundos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). **b. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos derivativos, compostos de operações de Swap e Non Deliverable Forward - NDF, encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão. A partir de março de 2016, o Banco passou a operar no mercado de futuros, através da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
<b>Operações de SWAP</b>	<b>9.964</b>	<b>(108.501)</b>	<b>1.200.753</b>	<b>1.072.191</b>
CDI x DÓLAR	1.692	(167)	205.005	372.760
CDI x LIBOR	—	(38.803)	157.815	157.815
CDI x PRÉ	—	(620)	5.016	8.865
DÓLAR x CDI	—	(62.955)	333.602	494.782
PRÉ x DÓLAR	5.629	(5.885)	179.505	20.469
LIBOR x DÓLAR	—	(71)	189.360	—
PRÉ x CDI	2.643	—	130.450	7.500
<b>Operações de NDF</b>	<b>7.956</b>	<b>(17.117)</b>	<b>1.688.850</b>	<b>86.555</b>
DÓLAR x DÓLAR	242	(75)	72.446	—
PRÉ x DÓLAR	7.079	(15.841)	1.568.808	85.080
PRÉ x IENE	276	(206)	16.288	1.394
PRÉ x EURO	359	(995)	31.308	81
<b>Total</b>	<b>17.920</b>	<b>(125.618)</b>	<b>2.889.603</b>	<b>1.158.746</b>

**1. Composição de valor nominal por vencimento**

	2018			
	Valor nominal			
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Operações de SWAP</b>	<b>13.687</b>	<b>24.782</b>	<b>1.162.284</b>	<b>1.200.753</b>
CDI x DÓLAR	—	10.000	195.005	205.005
CDI x LIBOR	—	—	157.815	157.815
CDI x PRÉ	840	1.836	2.340	5.016
DÓLAR x CDI	2.847	6.946	323.809	333.602
PRÉ x DÓLAR	—	—	179.505	179.505
LIBOR x DÓLAR	—	—	189.360	189.360
PRÉ x CDI	10.000	6.000	114.450	130.450
<b>Operações de NDF</b>	<b>1.137.181</b>	<b>518.946</b>	<b>32.723</b>	<b>1.688.850</b>
DÓLAR x DÓLAR	72.446	—	—	72.446
PRÉ x DÓLAR	1.039.052	497.033	32.723	1.568.808
PRÉ x IENE	16.288	—	—	16.288
PRÉ x EURO	9.395	21.913	—	31.308
<b>Total</b>	<b>1.150.868</b>	<b>543.728</b>	<b>1.195.007</b>	<b>2.889.603</b>

**2. Composição do valor nominal por local de negociação:**

	2018		2017	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	346.118	854.635	1.200.753	1.072.191
NDF	—	1.688.850	1.688.850	86.554
<b>Total</b>	<b>346.118</b>	<b>2.543.485</b>	<b>2.889.603</b>	<b>1.158.745</b>

**3. Comparação entre valor de custo e o valor de mercado:** Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2018		2017	
	Valor de Custo	Não Realizadas	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Ativo (Receber)</b>	<b>17.920</b>	<b>2.256</b>	<b>20.176</b>	<b>45.558</b>
Operações de SWAP	9.964	4.665	14.629	45.513
Operações de NDF	7.956	(2.409)	5.547	45
<b>Passivo (pagar)</b>	<b>(125.618)</b>	<b>(237)</b>	<b>(125.855)</b>	<b>(165.579)</b>
Operações de SWAP	(108.500)	(1.264)	(109.764)	(165.317)
Operações de NDF	(17.118)	1.027	(16.091)	(262)
<b>Total</b>	<b>(107.698)</b>	<b>2.019</b>	<b>(105.679)</b>	<b>(120.021)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Em milhares de Reais)

Local de negociação	2018			
	Valor de referência (contábil)			
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão</b>				
<b>FUTUROS - Valor referencial</b>	<b>1.316.667</b>	<b>741.219</b>	<b>1.441.693</b>	<b>3.499.580</b>
<b>Compra</b>	804.790	418.768	1.192.530	2.416.088
Cupom Cambial	804.790	195.214	1.175.710	2.175.714
Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Taxa de Juros	-	223.554	16.820	240.374
<b>Venda</b>	<b>511.877</b>	<b>322.451</b>	<b>249.163</b>	<b>1.083.491</b>
Cupom Cambial	-	310.288	18.500	328.788
Moeda Estrangeira	306.234	-	-	306.234
Taxa de Juros	205.643	12.163	230.663	448.469

Local de negociação	2017			
	Valor de referência (contábil)			
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão</b>				
<b>FUTUROS - Valor referencial</b>	<b>716.233</b>	<b>267.480</b>	<b>1.375.474</b>	<b>2.359.187</b>
<b>Compra</b>	402.597	205.752	1.214.992	1.823.341
Cupom Cambial	68.991	184.263	1.108.791	1.362.045
Moeda Estrangeira	333.606	-	-	333.606
Taxa de Juros	-	21.489	106.201	127.690
<b>Venda</b>	<b>313.636</b>	<b>61.728</b>	<b>160.482</b>	<b>535.846</b>
Cupom Cambial	1.157	61.728	31.155	94.040
Moeda Estrangeira	286.142	-	-	286.142
Taxa de Juros	26.337	-	129.327	155.664

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão. O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 18.217 (R\$ (4.800) em 31 de dezembro de 2017), e registrado em contas de resultado. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, estão assim compostos.

	Resultado					
	2018	2017		2018	2017	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>	<b>Líquido</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>	<b>Líquido</b>
"Swap"	59.657	(18.803)	40.854	27.518	(62.050)	(34.532)
"NDF"	46.388	(79.429)	(33.041)	24.701	(4.498)	20.204
Mercado de Futuros	2.285.885	(2.137.434)	148.451	1.116.862	(1.197.509)	(80.647)
	<u>2.391.930</u>	<u>(2.235.666)</u>	<u>156.264</u>	<u>1.169.081</u>	<u>(1.264.057)</u>	<u>(94.975)</u>

**c. "Hedge accounting":** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco tinha operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil de risco de mercado e, foram realizadas no mercado de balcão e mercado organizado.

**1 - Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador:** Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap e Futuros, designadas instrumentos de "hedge", em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

Descrição	Vencimentos - Valor Mercado - 2018			
	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos
Swap	Ponta: "PRE"	4.202	3.118	891
<b>Total</b>		<b>4.202</b>	<b>3.118</b>	<b>891</b>

Itens Objeto de "hedge"	2018		2017	
	Valor atualizado pelas condições pactuadas	Valor de mercado	Valor do ajuste	Valor de mercado
Valor atualizado pelas condições pactuadas	7.658	177.358	8.187	177.844
Valor de mercado	8.187	177.844	(529)	(486)

Instrumentos de "hedge"	2018		2017	
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor de mercado	8.211	177.849	8.211	177.849

Descrição	Vencimentos - Valor Mercado - 2018			
	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos
Futuros	Cupom Cambial	293.526	896.219	198.422
Futuros	Taxa de Juros	2.909	29.860	-
<b>Total</b>		<b>296.435</b>	<b>926.079</b>	<b>198.422</b>

Itens Objeto de "hedge"	2018		2017	
	Valor atualizado pelas condições pactuadas	Valor de mercado	Valor do ajuste	Valor de mercado
Valor atualizado pelas condições pactuadas	1.460.438	1.136.559	1.443.096	1.122.102
Valor de mercado	1.443.096	1.122.102	17.342	14.457

Instrumentos de "hedge"	2018		2017	
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor de mercado	1.420.936	1.122.284	1.420.936	1.122.284

**d. Valor e tipo de margem dados em garantia:** O montante de margem depositado em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 tem a seguinte composição:

	Valor de mercado	
	2018	2017
Títulos disponíveis para venda	442.575	448.744
Letras Financeiras do Tesouro	442.575	448.744
<b>Total</b>	<b>442.575</b>	<b>448.744</b>

Demais montantes depositados em garantia, incluindo garantia de fiança, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, têm a seguinte composição:

	Valor de mercado	
	2018	2017
Títulos disponíveis para venda	148.423	186.606
Letras Financeiras do Tesouro	148.423	186.606
<b>Total</b>	<b>148.423</b>	<b>186.606</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

**7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Refere-se a operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman), e estão assim demonstradas já considerando as respectivas provisões, os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 34 (R\$ 1.812 em 2017):

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	39.050	642
De 31 a 60 dias	375	810
De 61 a 90 dias	54	6.007
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	553.940
Acima de 360 dias	191.743	64.478
<b>Total</b>	<b>231.222</b>	<b>625.877</b>

**8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão assim demonstradas:

**a. Por operação**

Descrição	2018	2017
Conta garantida	25.340	33.952
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	117.070	99.723
Repasse de recursos BNDES - FINAME - FINEM e EXIM- Outros	5.928	26.674
Compror	20.304	23.104
Capital de giro	592.966	652.928
Financiamentos para pessoa física	-	2
Financiamentos em moeda estrangeira	94.281	268.640
Notas de Créditos para Exportação - NCE	113.292	557.034
Total de operações de crédito	<u>969.181</u>	<u>1.662.057</u>
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9)	77.003	262.844
Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 9)	1.535	2.786
Total da carteira de crédito	<u>1.047.719</u>	<u>1.927.687</u>

**b. Por vencimento**

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	114.594	174.202
De 31 a 60 dias	164.465	186.858
De 61 a 90 dias	84.936	175.720
De 91 a 180 dias	221.264	444.191
De 181 a 360 dias	108.446	452.735
Acima de 360 dias	354.014	493.981
<b>Total</b>	<b>1.047.719</b>	<b>1.927.687</b>

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2018 representam 93,18% da carteira de crédito (95,40% em 31 de dezembro de 2017), no montante de R\$ 976.232 (R\$ 1.839.102 em 2017).

**c. Por nível de risco ("rating")**

Nível de risco	% mínimo de provisão	2018			2017		
		Total das operações	% da carteira	Provisão constituída	Total das operações	% da carteira	Provisão constituída
AA	-	1.044.704	100	1.463	1.711.895	89	3.299
A	0,5	3.015	-	21	3.219	-	24
C	3,0	-	-	-	212.573	11	9.183
<b>Total</b>		<b>1.047.719</b>	<b>100</b>	<b>1.484</b>	<b>1.927.687</b>	<b>100</b>	<b>12.506</b>

**d. Por setor de atividade**

	2018	2017
Setor privado:		
Indústria	979.981	1.597.744
Comércio	39.328	308.442
Outros serviços	28.410	21.499
Pessoas físicas	-	2
<b>Total</b>	<b>1.047.719</b>	<b>1.927.687</b>

**e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2018	2017
Saldo inicial	12.506	27.149
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.113)	(32.994)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.091	18.351
<b>Saldo final</b>	<b>1.484</b>	<b>12.506</b>

**9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)**

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

Ativo:	2018	2017
Câmbio comprado a liquidar	405.546	385.127
Direitos sobre venda de câmbio	66.610	34.091
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(1.733)	(1.738)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8a)	1.535	2.786
<b>Total</b>	<b>471.958</b>	<b>420.266</b>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	65.618	34.121
Obrigações por compra de câmbio	410.247	376.637
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8a)	(77.003)	(262.844)
Valores a pagar em moeda estrangeira	-	-
<b>Total</b>	<b>398.862</b>	<b>147.914</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Em milhares de Reais)

**10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

Estão representados pelos valores a seguir:

	2018	2017
Crédito tributário - Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 19b)	26.056	37.549
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	16.210	16.714
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	13.016	11.878
Outros créditos tributários	5.260	4.439
Outros	323	285
Total	60.865	70.865
Ativo circulante	5.544	9.575
Realizável a longo prazo	55.321	61.290
	60.865	70.865

**11. OUTROS VALORES E BENS**

Estão representados pelos valores a seguir:

	2018	2017
Material em estoque	35	41
Despesas antecipadas	1.517	1.310
Total	1.552	1.351

**12. PERMANENTE**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está assim representado:

**a. Imobilizado em uso**

	2018			2017		
Descrição	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Sistema de processamentos de dados	20	5.758	(4.133)	1.625	2.399	
Móveis e equipamentos de uso	10	1.614	(1.120)	494	583	
Sistema de comunicação	10	299	(127)	172	195	
Sistema de segurança	10	300	(289)	11	14	
Sistema de transporte	20	1.624	(1.241)	383	315	
Total		9.595	(6.910)	2.685	3.506	

**b. Intangível**

	2018			2017		
Descrição	Taxa anual de depreciação %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Software	20	11.315	(6.394)	4.921	301	
Direito de Uso	20	664	(620)	44	57	
Benfeitoria	20	4.394	(2.839)	1.555	1.927	
Total		16.373	(9.853)	6.520	2.285	

**13. DEPÓSITOS**

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018				2017			
Descrição	Depósitos à vista	Depósitos Interfi- nanceiro	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos à vista	Depósitos Interfi- nanceiro	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos à vista	Depósitos Interfi- nanceiro
Sem vencimento	97.032	-	-	923	78.239	-	-	3
Até 30 dias	-	4.988	67.731	-	-	62.423	-	-
De 31 a 60 dias	-	6.044	43.620	-	-	65.374	-	-
De 61 a 90 dias	-	8.056	42.421	-	-	27.241	-	-
De 91 a 180 dias	-	-	204.032	-	-	181.384	-	-
De 181 a 360 dias	-	-	520.526	-	-	642.864	-	-
Acima de 360 dias	-	-	1.181.943	-	-	1.101.034	-	-
Total	97.032	19.088	2.060.273	923	78.239	2.080.320	3	-

(\*) A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com cláusula de resgate antecipado.

**14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

	2018			2017		
Títulos	Carteira terceiros	Total		Carteira terceiros	Total	
Letras do Tesouro Nacional	-	-		218.092	218.092	
	-	-		218.092	218.092	

**15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue: **a. Obrigações por empréstimos no exterior:** O saldo em 31 de dezembro de 2018 de US\$ 100.285 (US\$ 131.126 em 2017) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 15 de fevereiro de 2019, sujeitos às taxas de juros de até 3% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 388.354 (R\$ 433.666 em 2017). **b. Obrigações por repasses do exterior:** Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2018, correspondem a US\$ 446.800 (US\$ 504.973 em 2017). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 1,32% a.a. até 3,55% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 29 de dezembro de 2021. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.758.238 (R\$ 1.678.277 em 2017). **c. Obrigações por repasses no país:** Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, com vencimento até 15 de janeiro de 2024 e taxas de juros de até 1.80% a.a., no montante de R\$ 5.924 (R\$ 26.594 em 2017).

	2018			2017		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	388.354	-	388.354	449.889	1.308.349	1.758.238
Obrigações por repasses do exterior	449.889	-	449.889	5.924	-	5.924
Obrigações por repasses no país	-	-	-	-	-	-
Total	838.243	1.314.273	2.152.516	455.813	1.308.349	1.764.162

	2017		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	433.666	-	433.666
Obrigações por repasses do exterior	570.236	1.108.041	1.678.277
Obrigações por repasses no país	19.504	7.090	26.594
Total	1.023.406	1.115.131	2.138.537

**16. OUTRAS OBRIGAÇÕES**
**a. Fiscais e previdenciárias:**

Descrição	2018	2017
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19a)	25.138	18.371
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17)	9.352	9.058
Imposto Sobre Serviços - ISS	166	277
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	319	2.840
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	679	1.307
Programa de Integração Social	110	212
IR sobre JCP	-	5.009
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19c)	11.383	13.026
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	274	246
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	20	4
PIS Compensação (nota explicativa nº 17)	3.100	3.034
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17)	711	668
Impostos e Contribuições sobre salários	1.558	1.406
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito- FGC	416	566
Outros	52	154
Total	53.278	56.178
Passivo circulante	53.278	43.418
Exigível a longo prazo	-	12.760

**b. Diversas**

	2018			2017		
Descrição	Exigível a Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Exigível a Circulante	Exigível a longo prazo	Total
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	38.363	-	38.363	-	34.182	34.182
Provisão para despesas de pessoal	17.256	1.385	18.641	13.632	-	13.632
Provisão para despesas gerais	2.601	-	2.601	1.611	-	1.611
Passivos atuariais	10.013	-	10.013	8.914	-	8.914
Garantias prestadas	3.911	-	3.911	4.009	-	4.009
Diversas	646	-	646	160	-	160
Total	72.790	1.385	74.175	28.326	34.182	62.508

**c. Dívidas subordinadas elegíveis a capital:** O Banco possui dois empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY: • No valor de US\$ 40 milhões por um período de 15 anos, autorizado pelo BACEN em 10 de novembro de 2006, o qual foi prorrogado em 2017 para um período total de 18 anos, sendo tal prorrogação autorizada pelo BACEN em 19 de dezembro de 2017, tal empréstimo continua a ser considerado como dívida subordinada, integrando o nível II do patrimônio de referência do Banco; • No valor de US\$ 160 milhões, em outubro de 2013, por um período de 10 anos, autorizado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2013 a também integrar o nível II do patrimônio de referência do Banco. Ambos os empréstimos foram autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 dos dois empréstimos é de R\$ 780.868 (R\$ 665.281 em 31 de dezembro de 2017).

**17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA**

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

	Provisão		Depósitos judiciais	
Descrição	2018	2017	2018	2017
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	4.380	4.132
ISS - SP (b)	96	71	2.080	2.578
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	108	101	-	-
PIS compensação (c)	3.100	3.034	-	-
PIS emenda constitucional (d)	711	668	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.148	8.885	9.148	8.885
Total	13.163	12.759	15.608	15.595
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	32.444	29.611	-	69
Trabalhistas (g)	5.919	4.571	602	1.050
Total	38.363	34.182	602	1.118
Total de provisões e depósitos judiciais	51.526	46.941	16.210	16.714

**a.** O Banco possui processos fiscais relacionados a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados internos. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis e, portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.380 (R\$ 4.132 em 2017). **b.** A provisão se refere a uma parte do processo em discussão relacionado a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, onde o Banco entende ser provável o desembolso financeiro. Com relação a parte não provisionada no montante de R\$ 2.146, a administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desses processos são possíveis e remotas, e, portanto não efetuou o provisionamento. O depósito judicial, já descontados os levantamentos do período, requerido para andamento do processo na esfera jurídica representa o montante de R\$ 2.080 (R\$ 2.578 em 2017). **c.** Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a outubro 2005. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.100 (R\$ 3.034 em 2017). **d.** Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 19/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2017, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Em milhares de Reais)

em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 711 (R\$ 668 em 2017). **e.** O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Foi constituída provisão relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em discussão judicial. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos as chances de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Por decisão da administração foi constituído provisão, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.148 (R\$ 8.885 em 2017). **f.** A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados e são adequados em cada situação. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 32.444 (R\$ 29.611 em 2017). **g.** A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.919 (R\$ 4.571 em 2017). **h.** O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações do CETIP, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 108 (R\$ 101 em 2017). **Movimentação das provisões e das obrigações legais:**

	2018			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.759	4.571	29.611	46.941
Constituição de provisão	-	1.805	-	1.805
Atualização monetária	404	33	2.833	3.270
Baixas por pagamento	-	(490)	-	(490)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.163	5.919	32.444	51.526
	2017			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.164	3.297	27.347	42.808
Constituição de provisão	423	21	-	444
Atualização monetária	172	1.492	2.264	3.928
Reversões operacionais	-	(239)	-	(239)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.759	4.571	29.611	46.941

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2018, foi deliberada o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 758.819 para R\$ 793.819, mediante a emissão de 34.998.498 ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 31 de dezembro de 2018 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

**Quantidade de ações (mil)**

Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	793.817
Acionistas domiciliados no país	2
Total	793.819

**b. Dividendos:** De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2018 se optou pelo não destacamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura. **c. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d. Reserva estatutária:** A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 176.259 (R\$ 135.528 em 2017) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral.

**19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a.** Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações e JCP	77.310	77.310	40.381	40.381
Provisão de passivos contingentes	(1.062)	(1.062)	5.034	5.034
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	72	72	(20.723)	(20.723)
Provisões temporárias	(4.114)	(4.114)	10.613	10.613
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	300	300	4.801	4.801
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	(2.896)	(2.896)	9.582	9.582
Despesas não dedutíveis	7.705	5.162	6.325	4.238
Operações BM&F	5.910	5.910	(9.839)	(9.839)
Perdas incobráveis	-	-	14.278	14.278
Outras adições/exclusões	(699)	(699)	-	-
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(24.758)	(23.995)	(18.135)	(17.509)
Lucro tributável	57.768	55.989	42.316	40.855
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	8.665	-	6.347	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)	5.753	-	4.208	-
Contribuição Lei Rouanet	(100)	-	(75)	-
Lei Empresa Cidadã	(30)	-	(26)	-
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(347)	-	(254)	-
Contribuição social - 20% (nota explicativa nº 3n)	-	11.198	-	8.171
Total	13.941	11.198	10.200	8.171

**b. Créditos tributários:** Os créditos tributários foram constituídos em 30 de junho de 2012, no valor de R\$ 76.113 tomando-se por base o total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Administração, baseada no estudo técnico elaborado, entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Os valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

**1. Composição do crédito tributário em 31/12/2018:**

Composição do crédito tributário	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	16.465	22.654
Base negativa de contribuição social	9.591	14.895
Total	26.056	37.549

**2. Previsão de realização do crédito tributário em 31/12/2018**

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2019	6.998	3.493	10.491
2020	8.686	4.506	13.192
2021	781	1.592	2.373
Subtotal	16.465	9.591	26.056

**3. Movimentação do crédito tributário:** A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em 31/12/2017	(Realizações)	Constituições	Saldo em 31/12/2018
Prejuízo fiscal	22.654	(6.189)	-	16.465
Base negativa CSLL	14.895	(5.304)	-	9.591
Total	37.549	(11.493)	-	26.056

**Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:**

	31/12/2018
Realização do prejuízo fiscal	6.189
Realização da base negativa - CSLL	5.304
Demais Créditos Tributários	(2.196)
Total	9.297

**4. Valor presente do crédito tributário:**

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2019	6.566	3.278	9.844
2020	7.536	3.909	11.445
2021	618	1.261	1.879
Total	14.720	8.448	23.168

**c. Outros créditos tributários:** O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 5.145 e R\$ 11.383 respectivamente, que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082. As regras de reconhecimento dos efeitos do exígvel atuarial relacionadas ao plano de aposentaria de benefícios e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados. Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências no montante de R\$ 22.832 (R\$ 23.181 em 2017), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

**20. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**a. Operações de crédito:**

	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	42.667	110.627	146.146	146.146
Rendas de financiamentos e repasses	11.479	43.596	14.072	14.072
Total	54.146	154.223	160.218	160.218

**b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	69.792	145.710	259.602	259.602
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	45.335	97.722	105.593	105.593
Total	115.127	243.432	365.195	365.195

**c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas com operações de Swaps, Futuros e NDF	1.320.974	2.391.931	1.169.081	1.169.081
Despesas com operações de Swaps, Futuros e NDF	(1.329.133)	(2.235.667)	(1.264.05)	(1.264.05)
Total	(8.159)	156.264	(94.975)	(94.975)

**d. Resultado operações de câmbio:**

	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Rendas de câmbio	39.212	141.826	39.296	39.296
Despesas de câmbio	(4.447)	(7.529)	(31.095)	(31.095)
Total	34.765	134.297	8.201	8.201

**e. Operações de captação no mercado:**

	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas com depósitos a prazo	(62.399)	(131.794)	(206.865)	(206.865)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(184)	(202)	(45)	(45)
Despesas com operações compromissadas	(392)	(3.684)	(7.884)	(7.884)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito	(1.286)	(2.855)	(3.452)	(3.452)
Total	(64.261)	(138.535)	(218.246)	(218.246)

**f. Operações de empréstimos e repasses:**

	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas com repasses do BNDES	(57)	(611)	(7.437)	(7.437)
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(51.800)	(383.242)	(63.644)	(63.644)
Despesas com dívida subordinada	(16.045)	(27.838)	(18.722)	(18.722)
Total	(67.902)	(411.691)	(89.803)	(89.803)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Em milhares de Reais)

**g. Receita de prestação de serviços:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
Receitas de tarifas e serviços	427	1.490
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa 21a)	1.268	6.245
Rendas de garantias prestadas	12.800	24.762
Total	<u>14.495</u>	<u>32.497</u>

**h. Despesas de pessoal:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
Proventos	(18.020)	(37.483)
Encargos sociais	(6.656)	(13.975)
Benefícios	(8.490)	(12.376)
Honorários da Administração	(1.859)	(4.095)
Treinamento	(82)	(231)
Total	<u>(35.107)</u>	<u>(68.160)</u>

**i. Outras despesas administrativas:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
Despesas com aluguel	(2.614)	(5.145)
Despesas de processamento de dados	(5.214)	(9.871)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.766)	(4.910)
Despesas de comunicação	(2.046)	(4.159)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(1.077)	(1.869)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(237)	(451)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(271)	(541)
Despesas de transporte	(76)	(180)
Despesas de material	(94)	(189)
Despesas de água, energia e gás	(133)	(243)
Despesas com serviços de terceiros	(411)	(752)
Despesas de propaganda e publicidade	(71)	(253)
Despesas de seguros	(144)	(274)
Despesas de promoções e relações públicas	(321)	(433)
Despesas de contribuições filantrópicas	(108)	(117)
Despesas de amortização e depreciação	(1.334)	(2.362)
Outras despesas administrativas	(1.033)	(1.645)
Total	<u>(17.950)</u>	<u>(33.394)</u>

**j. Despesas tributárias:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
COFINS	(3.674)	(7.287)
ISS	(745)	(1.691)
PIS	(597)	(1.184)
Outros	(85)	(312)
Total	<u>(5.101)</u>	<u>(10.474)</u>

**k. Outras receitas operacionais:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
Variação cambial empréstimos do exterior	-	932
Variação cambial repasses do exterior	3.019	3.825
Variação cambial repasses do exterior- interfinanceiros	-	5.072
Reversão de provisões operacionais-passivos contingentes	-	930
Reversão Provisão Garantias Prestadas	-	1.003
Reversão de provisões operacionais - outras	66	295
Taxa de administração de fundos de investimento	-	645
Atualização depósitos judiciais	337	699
Recuperação de encargos e despesas	251	509
Outros	11	106
Multas Indenizatórias	6.570	6.570
Total	<u>10.254</u>	<u>23.131</u>

**l. Outras despesas operacionais:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
Variação cambial negativa operações repasses interfinanceiros	-	(5.171)
Variação cambial negativa operações de financiamentos em ME	(16)	(150)
Despesas com processos trabalhistas	(1.340)	(1.340)
Provisões Garantias Prestadas	(905)	(905)
Despesas com provisões operacionais - passivos contingentes	(57)	(1.658)
Despesas com provisões operacionais - outras	-	(476)
Atualização monetária de provisões (fiscal, cível e trabalhista)	(1.959)	(3.595)
Outras	(23)	(101)
Total	<u>(4.300)</u>	<u>(6.524)</u>

**m. Resultado não operacional:**

	2018	2017
	2º Semestre	Exercício
Outras receitas não operacionais	29	52
Outras despesas não operacionais	-	(200)
Total	<u>29</u>	<u>(148)</u>

**21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

**a. Transações com controladores (diretas e indiretas):** Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo/(passivo)	Receita/(despesa)
	2018	2017
Disponibilidades - depósito no exterior	26.643	19.293
em moeda estrangeira	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	58.125	248.120
Valores a receber - comissão por intermediação	-	6.245
de negócios-vide (nota explicativa nº 20.g)	-	5.919
Obrigações por empréstimos no exterior	(388.354)	(433.665)
Obrigações por repasses do exterior	(1.738.728)	(1.646.037)
Divida subordinada	(780.868)	(665.281)
Total	<u>(2.823.182)</u>	<u>(2.477.570)</u>

**b. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Para atendimento da Resolução CMN nº 3.750/09 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal-chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria. O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.. Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2018, foi fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

**Benefícios de curto prazo a diretores**

	2018	2017
Proventos	4.095	4.580
Remuneração variável	3.628	1.937
Contribuições ao INSS/FGTS	<u>1.943</u>	<u>1.418</u>
Total	<u>9.666</u>	<u>7.935</u>

**Benefícios pós-emprego:** De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 24). O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**c. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos para: *i.* Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; *ii.* Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e *iii.* Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes de 2º grau. Com base nisso, não são e não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. Os membros da Diretoria, não possuíam qualquer participação acionária no Banco.

**22. LIMITES OPERACIONAIS**

**Índice da Basileia:** O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Risco de Crédito	3.822.820	4.537.114
Risco de Mercado	428.132	489.568
Risco Operacional	<u>336.905</u>	<u>320.560</u>
<b>Ativos ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b><u>4.587.857</u></b>	<b><u>5.347.242</u></b>
Parcela Rban	12.465	1.828
<b>Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)</b>	<b><u>1.606.171</u></b>	<b><u>1.532.329</u></b>
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*8,625%)	395.703	561.460
<b>Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido</b>	<b>1.210.468</b>	<b>970.869</b>
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	35,01%	28,66%

\* O percentual mínimo exigido para Patrimônio de Referência de 2018 é de 8,625% (2017 - 9,25%).

**23. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES POR CRÉDITOS ABERTOS PARA IMPORTAÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as fianças prestadas pelo Banco totalizam:

	2018	2017
No País	1.413.738	1.577.779
No exterior	<u>8.494</u>	<u>57.873</u>
Total	<u>1.422.232</u>	<u>1.635.652</u>

O Banco efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 3.911 (R\$ 4.009 em 2017):

	2018	2017
<b>Garantias prestadas</b>	<b>1.422.233</b>	<b>1.635.652</b>
<b>Provisão</b>	<b>(2.668)</b>	<b>(506.063)</b>
<b>Garantias prestadas</b>	<b>1.422.233</b>	<b>1.635.652</b>
<b>Provisão</b>	<b>(4.009)</b>	<b>(4.009)</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possuía saldo de R\$ 314 na rubrica de responsabilidade por créditos para importação (R\$ 3.362 em 2017).

**24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PATROCINADOS**

O exigível atuarial da Entidade foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

**a. Plano de aposentadoria:** O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo "benefício definido". No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento. Em 31 de dezembro de 2018, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**(Em milhares de Reais)**

Descrição	Plano de aposentadoria	
	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações atuariais	53.536	47.619
Valor justo dos ativos do plano	(51.809)	(50.106)
Déficit/(Superávit) para planos cobertos	1.727	(2.487)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Ajustes por diferimentos permitidos	-	-
Efeito do limite de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	-	2.487
Passivo (ativo) atuarial líquido	1.727	-
<b>Premissas atuariais:</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	8,95% a.a.	10,25% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,12% a.a.	7,64% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Índice estimado de inflação	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,30/(tempo de serviço+1)	0,30/(tempo de serviço + 1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco efetuou contribuições à Sociedade de Previdência Privada mencionada, anteriormente, no valor de R\$ 1.325 (R\$ 3.675 em 2017). **Análise de sensibilidade:** O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% a.a.):

Valor presente das obrigações	Análise de sensibilidade	
	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.801	1.605
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.909)	(1.518)

**Impacto na Duration média da obrigação de benefício definido (em anos)**

Taxa de Desconto: redução de 0,25%	14,4	13,97
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	14,7	13,69

**b. Plano de saúde:** Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos do Artigo 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo (Ativo) atuarial líquido	8.286	8.914
Total	8.286	8.914
<b>Premissas atuariais/Hipoteses Atuariais</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,12% a.a.	10,25% a.a.
Índice estimado de inflação	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15/(Tempo de Serviço) + 1	0,15/(Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 9,20% a.a. a 5,04% a.a.	Decrescendo de 10,25% a.a. a 5,55% a.a.
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	+ Aging Factor	+ Aging Factor
Fator de Idade (Aging Factor)	Aposentadoria: 100%	Aposentadoria: 100%
Composição Familiar - Ativos	Desligamento: 100%	Desligamento: 100%
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar Aposentados	90% Casados	90% Casados
	4 anos	4 anos
	Família Real	Família Real

**25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO E DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

**Risco operacional:** Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal. A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional da instituição estabelecida e aprovada pela Diretoria da instituição, no mínimo anualmente, nos moldes da Resolução CMN nº 3.380/2006, se reportando diretamente à Diretoria da Instituição. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório da instituição. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas

atividades. Neste modelo de gestão a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por: i. Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional; ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados; iii. Elaborar relatórios periódicos; iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos na Instituição; v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas na instituição. A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria nessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco. Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA". As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional da Instituição, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br). **Risco de mercado e liquidez:** O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado. O Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk* (VAR) paramétrico e testes de estresse. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução nº 3.464/2007 e Resolução nº 4.090/2015, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez da Instituição constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas. **Risco de crédito:** O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução nº 3.721/2009, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria da Instituição. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br). **Gerenciamento de capital:** O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução nº 3.988, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes da instituição de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos. O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação na Instituição. O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2015. O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.





BANCO SUMITOMO MITSUI  
BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22  
Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo  
Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo  
Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000  
Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248  
www.smbcgroup.com.br

A DIRETORIA

CONTADOR  
Wilson Okada - CRC: 1SP/238910-0

## RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2018

**Introdução:** De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e Compliance, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Financeiras do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** Em sessão realizada em 14 de março de 2019 em conjunto com nossos auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações financeiras por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance Department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance Department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorado continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda estão em fase

de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Financeiras:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras, verificando-se que estão de acordo com as práticas vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras auditadas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019

COMITÊ DE AUDITORIA

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takahashi  
Contador - CRC 1SP206103/O-4

## **BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.**

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22

Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo - Japão

Sede: Av. Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo

Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Tel.: 0xx11 - 3178-8000 - Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248

[www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br)



**BANCO SUMITOMO MITSUI  
BRASILEIRO S.A.**